

Maus homens de bens

Jota Alcides

Editor-Chefe

CPI - Documentos

Querer recuperar o dinheiro subtraído da Nação pelos parlamentares envolvidos com o esquema de corrupção do Orçamento, liderado pelo deputado João Alves, com apoio de servidores do Legislativo e do Executivo e dirigentes de negócios privados, é praticamente impossível. Realisticamente, é mesmo impossível. Há estimativas indicando que os recursos desviados pela máfia do Orçamento, denunciada pelo economista e ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, podem atingir até 20 bilhões de dólares. Parece um tremendo exagero porque se trata de valor representativo de mais de dez por cento da dívida externa brasileira, mas admissível pelo nível de absurdo e ousadia das irregularidades praticadas pelos que se locupletarem escandalosamente com vultosas verbas públicas.

Faltando poucos dias para encerramento de seus trabalhos, a CPI do Orçamento tem reunido, após quase cem dias de investigações, cerca de 20 mil documentos e mais de 500 mil informações processadas que provam o sofisticado esquema de roubo do dinheiro público. Os documentos mostram fraudes fiscais, exploração de prestígio, tráfico de influência, recebimento de propinas, falsidade ideológica, obras superfaturas, entidades fantasmas, adulteração de emendas, contas bancárias inexplicáveis, subvenções irregulares, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito, formação de quadrilha e outros crimes de uma monumental e surpreendente rede de corrupção.

Graças à firmeza, dedicação, coragem, honradez, e patriotismo dos dirigentes, coordenadores e membros da CPI, sob a liderança do senador Jarbas Passarinho, foi possível, apesar de todas as pressões e dificuldades, completa devassa bancária e fiscal na vida dos acusados, mostrando todo o lamaçal que as imunidades e a impunidade produziram e esconderam dentro do Congresso.

Concluídos os trabalhos da CPI e não sendo possível ao País reaver os bilhões de dólares desviados da manutenção de escolas, da alimentação de crianças, da assistência aos carentes, do atendimento hospitalar, da segurança pública e de outras necessidades básicas da população brasileira, são aguardadas agora medidas objetivas e eficientes contra a corrupção, a partir do relatório do deputado Roberto Magalhães. Algumas delas são indispensáveis para o resgate da moralidade na vida pública do Brasil: cassação dos parlamentares corruptos, confisco dos bens adquiridos fraudulentamente, processo criminal contra os acusados, fim das subvenções sociais, fim das imunidades que aumentam a certeza da impunidade e extinção da famigerada Comissão do Orçamento, transformada ao longo dos anos em balcão de negócios.

Sem poder para fazer justiça porque não é seu papel funcionar como tribunal de condenação, é dever da CPI propor e encaminhar ao Ministério Público, ao Governo e ao próprio Congresso as medidas que a sociedade brasileira está exigindo para que o País fique livre de malfetores travestidos de políticos desonradores da vida pública. O confisco dos bens deve ser uma punição imediata e exemplar em respeito e satisfação à população sofrida e agredida por representantes indecentes que não mereciam mandatos populares.

Este é o caminho a ser seguido para restabelecimento da credibilidade do Congresso, da confiança nas instituições e da dignidade da Nação. Aos que se apoderaram ilegalmente de bens comuns, buscando atender ambições ilimitadas, sem pensar na natureza transitória da vida e esquecendo-se que o crime poderia trazer frustrações, decepções, humilhações e condenações, sobram as aflições que carregarão, certamente, por muito tempo. Maus cidadãos de bens agora devem experimentar o sabor do fruto da corrupção.

13 JAN 1994

CORREIO BRAZILENSE